

TECTRIL

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

Integridade nas relações públicas e privadas

01-PT | Revisão / Revision / Revisión 0 | 2026

Tectril: onde o poder se transforma em progresso.

Código do documento	POL-COM-001 01-PT
Revisão	0
Classificação	Uso público
Proprietário	Compliance
Aprovação	Diretoria Executiva
Vigência	A partir da aprovação
Revisão periódica	A cada 24 meses ou quando necessário

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

A Tectril Soluções em Logística e Comércio Ltda. (“Tectril”) conduz seus negócios com ética, transparência, legalidade e responsabilidade. A Tectril adota tolerância zero à corrupção, ao suborno, à fraude e a qualquer vantagem indevida, em relações com o poder público ou com o setor privado. Nenhuma meta, urgência operacional, oportunidade comercial ou orientação de superior justifica violar esta Política.

1. OBJETIVO

Estabelecer princípios, proibições, responsabilidades e controles para prevenir, detectar e responder a atos de corrupção e condutas relacionadas nas atividades da Tectril. Esta Política integra o Programa de Integridade e deve orientar decisões comerciais, operacionais, aduaneiras, fiscais, financeiras, logísticas e administrativas.

2. ESCOPO E APLICAÇÃO

Aplica-se aos sócios, administradores, diretores, empregados, estagiários, temporários e demais pessoas que atuem em nome da Tectril, em qualquer localidade (“Colaboradores”).

Também se aplica, na extensão cabível, a fornecedores, despachantes aduaneiros, transportadoras, agentes de carga, consultores, representantes, intermediários, parceiros, subcontratados e outros terceiros que atuem para ou em benefício da Tectril (“Terceiros”).

O cumprimento é obrigatório mesmo quando a prática local, a pressão comercial ou a solicitação de cliente, parceiro ou agente público apontar em sentido diferente.

3. BASE NORMATIVA E DOCUMENTOS RELACIONADOS

Esta Política considera, entre outras normas aplicáveis, a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o Decreto nº 11.129/2022, o Código Penal Brasileiro, a Lei nº 8.429/1992 com suas alterações, a Lei nº 9.613/1998 e a Lei nº 14.133/2021, quando aplicáveis.

Também deve ser interpretada em conjunto com o Código de Ética e Conduta, a Política de Compliance, a Política de Conflito de Interesses, as regras de contratação e due diligence de terceiros, os controles financeiros e documentais e os procedimentos do Canal de Integridade da Tectril.

Quando houver conflito entre esta Política e lei aplicável, prevalece a regra legal mais rigorosa. A área de Compliance deverá ser consultada.

4. DEFINIÇÕES ESSENCIAIS

Vantagem indevida: qualquer benefício, tangível ou intangível, oferecido, prometido, autorizado, solicitado ou recebido sem fundamento legítimo, incluindo dinheiro, presentes, hospitalidade, viagens, emprego, contratos, descontos, favores, informação privilegiada ou facilitação.

Suborno: oferta, promessa, autorização, entrega, solicitação ou aceitação de vantagem indevida para influenciar decisão, obter ou manter negócio, acelerar ato ou conseguir tratamento impróprio.

Corrupção: abuso de poder, função, confiança ou posição para obtenção de benefício indevido, no setor público ou privado.

Agente público: qualquer pessoa que exerça, ainda que temporariamente ou sem remuneração, função pública; inclui empregados de empresas estatais, candidatos, dirigentes partidários, agentes de organizações públicas internacionais e pessoas que atuem em nome do Estado.

Pessoa relacionada: familiar, estreito colaborador, representante, empresa controlada ou outra pessoa utilizada para beneficiar ou influenciar o destinatário real.

Pagamento de facilitação: pagamento informal, não previsto em lei, para acelerar ou assegurar ato rotineiro a que a pessoa ou empresa já teria direito.

Terceiro: pessoa física ou jurídica externa que forneça bens ou serviços, represente, intermedeie ou atue em nome, por conta ou em benefício da Tectril.

5. PRINCÍPIOS

- Legalidade e integridade em todas as decisões.
- Tolerância zero a suborno e corrupção pública ou privada.
- Transparência, rastreabilidade e documentação adequada.
- Segregação de funções e aprovação proporcional ao risco.
- Due diligence e supervisão de terceiros.
- Boa-fé no relato de preocupações e proteção contra retaliação.
- Remediação tempestiva e melhoria contínua dos controles.

6. CONDUTAS ESTRITAMENTE PROIBIDAS

- Oferecer, prometer, autorizar, pagar, solicitar ou receber vantagem indevida, direta ou indiretamente.
- Usar terceiros, familiares, empresas relacionadas ou reembolsos para realizar algo que seria proibido diretamente.
- Efetuar pagamentos de facilitação, propinas, comissões clandestinas, “taxas de urgência” não oficiais ou retornos indevidos (kickbacks).
- Fraudar licitação, contrato público, fiscalização, documento, registro, medição, fatura, classificação, licença, certificado, declaração aduaneira ou procedimento de autoridade.
- Ocultar, destruir, alterar ou fabricar evidência; dificultar auditoria, investigação ou fiscalização; combinar versões ou retaliar quem colaborar.
- Realizar doação, patrocínio, contratação, presente ou viagem para influenciar decisão ou disfarçar vantagem indevida.
- Manter caixa paralelo, conta não registrada, descrição falsa, nota sem lastro, fornecedor fictício ou lançamento contábil enganoso.
- Ignorar deliberadamente sinais de alerta ou evitar conhecer a identidade, o beneficiário final, a qualificação ou a finalidade real de uma transação.

7. RELAÇÕES COM AGENTES PÚBLICOS E AUTORIDADES

Interações com autoridades aduaneiras, fiscais, regulatórias, policiais, sanitárias, portuárias, aeroportuárias ou municipais devem ter finalidade legítima, linguagem profissional e documentação suficiente.

Sempre que possível, reuniões relevantes devem contar com pelo menos dois representantes, pauta objetiva e registro dos participantes, assuntos tratados e providências.

Somente pessoas autorizadas podem representar a Tectril perante órgãos públicos. Procurações, credenciais, acessos a sistemas e documentos não podem ser cedidos ou utilizados fora da finalidade aprovada.

Solicitações incomuns, pagamentos pessoais, indicação de fornecedor, pedido de sigilo, uso de conta de terceiro ou ameaça de atraso devem ser interrompidos e comunicados imediatamente a Compliance.

É proibido oferecer qualquer vantagem a agente público ou pessoa relacionada. Taxas oficiais somente podem ser pagas por canal oficial, contra documento válido e registro contábil correto.

8. COMÉRCIO EXTERIOR, ADUANA E LOGÍSTICA

Em operações internacionais, a urgência para liberar carga, evitar armazenagem, obter licença, alterar parametrização, influenciar inspeção ou acelerar desembaraço nunca autoriza pagamento indevido.

Despachantes, agentes de carga, transportadoras, armazéns e consultores devem atuar sob contrato, escopo definido, remuneração compatível, documentação fiscal e supervisão.

Classificação fiscal, valor aduaneiro, origem, descrição, quantidade, peso, licença, benefício tributário, importador/exportador de registro e demais dados devem refletir os fatos e possuir evidência verificável.

Divergências materiais, instruções para omitir dados ou pedidos de documento retroativo, paralelo ou inconsistente devem ser escalados antes da continuidade da operação.

9. BRINDES, PRESENTES, REFEIÇÕES, HOSPITALIDADES E VIAGENS

Somente são admissíveis quando legais, ocasionais, modestos, relacionados a finalidade profissional legítima, transparentes, sem expectativa de reciprocidade e compatíveis com as regras da organização do destinatário.

Dinheiro, equivalente de dinheiro, vale-presente, empréstimo pessoal, pagamento a familiar, entretenimento impróprio e benefício solicitado pelo destinatário são proibidos.

Benefício envolvendo agente público exige aprovação prévia e escrita de Compliance, além de justificativa, identificação dos participantes, valor, finalidade e comprovante. Quando a lei ou regra do órgão proibir, não poderá ser concedido.

Fracionar despesas ou usar terceiro para contornar aprovação ou registro é proibido. Dúvida sobre aparência de influência indevida deve ser resolvida pela recusa ou consulta prévia.

10. CONTRIBUIÇÕES POLÍTICAS, DOAÇÕES E PATROCÍNIOS

Recursos, instalações, marca, tempo de trabalho ou ativos da Tectril não podem ser usados para contribuição político-partidária ou eleitoral em nome da empresa.

Atividade política pessoal deve ocorrer fora do horário de trabalho, com recursos próprios e sem sugerir apoio da Tectril.

Doações e patrocínios corporativos exigem finalidade legítima, due diligence do beneficiário, contrato ou instrumento formal, aprovação competente, pagamento rastreável e comprovação da aplicação.

São proibidos quando vinculados a decisão pública ou comercial, solicitados como condição para obter vantagem, destinados a entidade controlada por decisor relevante ou incompatíveis com o perfil e capacidade do beneficiário.

11. TERCEIROS: SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E MONITORAMENTO

A contratação deve ser baseada em necessidade real, competência, reputação, capacidade e preço compatível. Nenhum terceiro pode ser escolhido apenas por indicação de autoridade, cliente ou pessoa com poder decisório.

A due diligence deve ser proporcional ao risco e pode incluir identidade, beneficiário final, estrutura societária, reputação, sanções, exposição política, conflitos, qualificações, referências, capacidade operacional e vínculo com agentes públicos.

Contratos devem conter escopo claro, remuneração, evidências de entrega, regras anticorrupção, auditoria, cooperação, subcontratação, registros, comunicação de violações e rescisão por integridade.

Pagamentos devem corresponder ao contrato e à entrega, ser feitos ao próprio contratado, no país e conta coerentes, contra documento fiscal válido. Exceções exigem análise e aprovação escrita.

Terceiros de maior risco, especialmente intermediários, despachantes e representantes, devem ser monitorados e periodicamente reavaliados.

12. CONFLITOS DE INTERESSES

Colaboradores e terceiros devem declarar interesses pessoais, familiares, financeiros ou profissionais que possam interferir, ou parecer interferir, em decisões da Tectril.

A pessoa conflitada não deve selecionar, negociar, aprovar, fiscalizar ou pagar o terceiro ou operação relacionada até que o conflito seja avaliado e tratado.

Relação pessoal com agente público ou decisor de cliente/fornecedor deve ser informada quando houver conexão com atividade da Tectril. A existência do vínculo não implica irregularidade, mas sua ocultação viola esta Política.

13. LIVROS, REGISTROS E CONTROLES INTERNOS

Toda operação deve ser registrada de forma completa, exata, tempestiva e suficientemente detalhada, com documentação que permita compreender natureza, partes, valor, aprovação e entrega.

É proibido criar descrição genérica ou falsa, alterar data, dividir pagamento, reclassificar despesa, usar adiantamento sem prestação de contas ou aprovar o próprio reembolso.

A Tectril deve manter controles proporcionais ao risco, incluindo níveis de aprovação, segregação de funções, reconciliação, conferência de dados bancários, validação fiscal e retenção de evidências.

Nenhum gestor pode ordenar que registro legítimo seja omitido ou destruído.

14. LICITAÇÕES, CONTRATOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÕES

É proibido combinar preços, propostas, condições, vencedores, desistências ou divisão de mercado; obter informação sigilosa; criar concorrência simulada; impedir competidor; ou obter alteração contratual por meio impróprio.

Informações e declarações fornecidas a autoridades devem ser verdadeiras, completas e entregues por pessoas autorizadas. Erros materiais devem ser corrigidos prontamente, de maneira transparente e documentada.

Em fiscalização ou investigação, todos devem preservar documentos, cooperar e buscar orientação jurídica e de Compliance, sem obstrução ou contato impróprio com envolvidos.

15. FUSÕES, AQUISIÇÕES, PARCERIAS E NOVOS NEGÓCIOS

Antes de aquisição, investimento, joint venture, parceria estratégica ou entrada em novo mercado de risco relevante, deve ser realizada avaliação de integridade compatível com a operação.

Riscos identificados devem gerar condições contratuais, plano de remediação, integração de controles, treinamento e monitoramento pós-fechamento.

16. RESPONSABILIDADES

Diretoria Executiva: aprovar a Política, demonstrar compromisso, prover recursos e assegurar independência e autoridade à função de Compliance.

Compliance: orientar, avaliar riscos, aprovar situações previstas, conduzir ou coordenar due diligence, treinamento, monitoramento, apuração e remediação.

Lideranças: comunicar pelo exemplo, incorporar controles às rotinas, impedir retaliação e escalar riscos sem demora.

Colaboradores: conhecer e cumprir a Política, participar de treinamentos, registrar corretamente operações, recusar irregularidades e relatar preocupações.

Terceiros: cumprir obrigações contratuais e legais, cooperar com verificações e comunicar suspeitas relacionadas ao trabalho para a Tectril.

17. TREINAMENTO E COMUNICAÇÃO

Treinamentos serão proporcionais à função e ao risco, com atenção especial a liderança, vendas, compras, finanças, comércio exterior, aduana, logística e gestão de terceiros.

A Tectril poderá exigir declaração periódica de ciência, certificação, atualização de conflitos e treinamento de terceiros. Materiais e registros de participação devem ser conservados.

18. DÚVIDAS, RELATOS E NÃO RETALIAÇÃO

Qualquer pessoa deve buscar orientação antes de agir quando houver dúvida e relatar, de boa-fé, suspeita ou violação desta Política.

Os relatos devem ser feitos pelo Canal de Integridade da Tectril, conforme os meios oficiais divulgados no site, ou diretamente à área de Compliance pelo e-mail compliance@tectril.com.br. Em emergência com risco à vida ou segurança, deve-se também acionar a autoridade competente.

Relatos podem envolver colaboradores, líderes, administradores, fornecedores, clientes, concorrentes ou agentes públicos. Informações devem ser tratadas com confidencialidade compatível com a apuração e a lei.

É proibida retaliação contra quem relata de boa-fé, recusa ato indevido, participa de investigação ou busca orientação. Relato conscientemente falso também constitui violação.

19. APURAÇÃO, COOPERAÇÃO E REMEDIAÇÃO

Relatos serão triados e apurados de forma imparcial, proporcional e documentada, com preservação de evidências, respeito aos direitos das pessoas e controle de conflitos.

Todos devem cooperar, responder com veracidade e manter sigilo. É proibido investigar por conta própria, confrontar envolvidos, destruir evidências ou combinar depoimentos.

Quando confirmada uma falha, a Tectril adotará medidas disciplinares e contratuais, correção de controles, recuperação de valores, treinamento e, quando aplicável, comunicação às autoridades e cooperação legal.

20. CONSEQUÊNCIAS

Violações podem resultar, conforme gravidade e lei aplicável, em advertência, suspensão, desligamento, rescisão contratual, cobrança de prejuízos e comunicação às autoridades, sem prejuízo de responsabilidades civis, administrativas e criminais.

A omissão deliberada, a aprovação negligente, a tentativa de encobrir e a retaliação serão consideradas na avaliação da consequência. Resultados comerciais não reduzem a gravidade da conduta.

21. MONITORAMENTO E REVISÃO

A efetividade será monitorada por indicadores, testes de controles, análise de riscos, due diligence, auditorias, relatos, investigações e planos de ação.

Esta Política será revista pelo menos a cada 24 meses ou antes, quando houver alteração legal, mudança relevante no negócio, incidente, resultado de auditoria ou evolução dos riscos.

22. EXCEÇÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS

Nenhuma exceção pode autorizar suborno, fraude, pagamento de facilitação ou ato ilegal. Exceções administrativas permitidas devem ser raras, justificadas, aprovadas previamente por Compliance e registradas.

Em caso de risco imediato à saúde ou segurança física, a prioridade é proteger a vida. Qualquer pagamento ou medida tomada sob coação deve ser comunicado imediatamente, documentado com precisão e submetido à avaliação jurídica e de Compliance.

Esta Política entra em vigor após aprovação da Diretoria Executiva e deve ser divulgada às pessoas abrangidas.

ANEXO A — TESTE PRÁTICO ANTES DE DECIDIR

Antes de oferecer, aceitar, contratar, pagar ou autorizar, responda:

1. É legal e permitido pelas regras das organizações envolvidas?
2. Possui finalidade comercial ou institucional legítima e documentável?
3. O valor e a frequência são modestos e proporcionais?
4. A decisão permaneceria a mesma sem o benefício?
5. Eu me sentiria confortável se a situação fosse publicada?
6. O registro contábil e documental descreve fielmente o que ocorreu?
7. Foram realizadas as aprovações e verificações exigidas?
8. Não existem sinais de alerta sem resposta?

Se qualquer resposta for “não”, “não sei” ou “prefiro que ninguém saiba”, interrompa a ação e consulte Compliance.

ANEXO B — SINAIS DE ALERTA

- Pedido de pagamento em dinheiro, conta pessoal, terceiro não contratado ou país sem relação com o serviço.
- Comissão elevada, bônus por “sucesso” sem justificativa ou escopo vago.
- Recusa em revelar beneficiário final, fornecer documentos ou aceitar cláusulas de integridade.
- Terceiro indicado por agente público ou decisor e sem qualificação aparente.
- Fatura genérica, duplicada, retroativa, fracionada ou incompatível com a entrega.
- Pressão excepcional, ameaça de atraso, pedido de segredo ou ausência de recibo oficial.
- Relação familiar, societária ou pessoal não declarada com agente público ou decisor.
- Doação, patrocínio, emprego ou presente solicitado próximo a decisão relevante.
- Informação aduaneira, fiscal, técnica ou comercial que não corresponde aos fatos.
- Histórico de sanções, denúncias relevantes ou explicações inconsistentes.

REFERÊNCIAS OFICIAIS

- Brasil. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 — https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm
- Brasil. Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022 — https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11129.htm
- Controladoria-Geral da União. Programa de Integridade: Diretrizes para Empresas Privadas (2024).

TERMO DE CIÊNCIA

Declaro que recebi, li e compreendi a Política Anticorrupção da Tectril; comprometo-me a cumpri-la, buscar orientação em caso de dúvida e comunicar, de boa-fé, suspeitas de violação pelos canais oficiais.

Nome	
Cargo/Empresa	
Data	
Assinatura	